

AOS GUARDAS-FLORESTAIS DO SEPNA/GNR

NÃO VAMOS LÁ SEM VOLTARMOS À LUTA!

O governo continua sem apresentar qualquer resposta para o conjunto de problemas apresentados pela Federação, sobre a carreira de Guarda Florestal do SEPNA/GNR, apesar de estar suficientemente informado sobre as questões que se colocam e que prejudicam estes trabalhadores.

Em 16 de Setembro passado, remetemos ao Secretário de Estado da Administração Interna um extenso dossier com a identificação de todos os problemas existentes e a adopção de um conjunto de medidas imediatas:

1. Devolução do regime de nomeação aos elementos da carreira florestal;
2. A atribuição dos suplementos de força de segurança, de escala e de patrulha, a exemplo do que já é atribuído aos elementos militares da GNR e civis da PSP;
3. Definição de uma solução para o futuro da carreira;
4. Aprovação do regulamento de uniformes e abertura do concurso de fabrico das respectivas peças;
5. Aprovação do programa de formação específica previsto no nº3, do artº3º, do Decreto-Lei nº22/2006, de 2 de Fevereiro.

Disponibilizámo-nos para negociar com o Governo todas estas propostas. Contudo, até à presente data, apesar de diversas insistências, não obtivemos qualquer resposta.

E o mesmo se passa com o Comandante-Geral da GNR, a quem foi pedida uma reunião em 21 de Setembro passado, para discutir os assuntos, cuja resolução depende do mesmo:

1. Falta de alteração do regulamento de uniformes e de fornecimento de novas peças do mesmo;
2. Critérios para o trabalho em dias feriados;
3. Restrições na atribuição de notas superiores na avaliação de desempenho.

A recente divulgação, por parte do Comandante Operacional, da NEP nº1/CO/DD/SEPNA/2011, de 01/12/2011, veio dar-nos razão na exigência do vínculo de nomeação uma vez que refere o “serviço policial desempenhado pelos militares e civis com a especialidade SEPNA”; e quando atribui aos Guardas Florestais competências na investigação criminal na causa dos fogos, pondo claramente em causa o parecer da DGAEP, seguido à risca pelo CARI/GNR, de colocar os guardas florestais em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Quanto ao resto não trouxe nada de novo a não ser evidenciar a injustiça que há muito vimos denunciando, de existirem profissionais que apesar de executarem o mesmo tipo de funções policiais são tratados de modo diferente, no que toca às suas remunerações.

A “NEP” não acrescenta (nem o poderia fazer!) uma linha ao que a diversa legislação já estabelece diferentemente, para os militares da GNR (mesmo aqueles que estão em funções no SEPNA) e para os guardas florestais.

Pelo que a justa indignação de todos os guardas florestais realçada com o que é dito na “NEP” só poderá ter consequências se insistirmos na consagração legal da atribuição dos suplementos a que a mesma faz referência, também aos guardas florestais.

É preciso pois, transformar a indignação em luta.

No próximo dia 5 de Janeiro, a Federação vai reunir com o Grupo de Trabalho, para fazer o ponto de situação do processo e perspectivar que medidas deverão ser tomadas.

Nesta reunião é importante que se possam marcar formas de luta, sendo que cada um dos guardas florestais deverá manifestar a sua opinião e disponibilidade junto dos elementos do Grupo de Trabalho da sua região.

Neste mesmo dia, caso o Secretário de Estado da Administração Interna não responda até lá com a marcação de uma reunião, será feita uma deslocação pelos dirigentes sindicais e pelos elementos do Grupo de Trabalho, ao Ministério da Administração Interna, para exigir o início da negociação das reivindicações já apresentadas.

Lisboa, 13 de Dezembro de 2011

A Direcção Nacional
da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública